

# 1. OFICIAL DE TRÂNSITO (DETRAN/SP) – SIMULADO – MARCOS GIRÃO

## 1.1. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

**41.**

Herbert, cidadão brasileiro nato, passou as férias de fim de ano com sua família no Uruguai. Para realizar a viagem, a família optou por utilizar o carro como meio de transporte. Durante o trajeto da volta, na BR 000, passados 10 quilômetros da fronteira com o Uruguai, já no Brasil, a esposa de Herbert avistou um veículo, com placa uruguaia, parado no acostamento. Ao se aproximarem do veículo acostado, observaram que este estava abandonado e que seu porta-malas estava lotado de caixas lacradas e uma aberta, contendo entorpecentes. Tendo em vista essa situação, Herbert e sua esposa devem contatar:

- (A) o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, órgão responsável pela repressão de ilícitos cometidos em rodovias federais.
- (B) a Polícia Rodoviária Federal, responsável por executar operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem e a incolumidade das pessoas.
- (C) a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - local, de forma que esta instaure processo de busca e apreensão do veículo encontrado na via federal.
- (D) o Conselho Estadual de Trânsito, órgão regional responsável pela repressão de ilícitos em rodovias federais sob sua jurisdição.
- (E) a polícia uruguaia, pois o objeto ilícito foi encontrado em veículo uruguaio a apenas dez quilômetros de distância da fronteira.

**Gabarito: B**

---

**42.**

Nádia Carolina, Guarda Civil Municipal, ao conduzir seu veículo pela Avenida José Lozano Araújo, se aproxima de rotatória com quatro pontos de acesso. Há 03 outros motoristas e nenhuma sinalização específica:

- I – motorista em via de acesso localizada à esquerda de Nádia Carolina;
- II – motorista já circulando pela rotatória;
- III – motorista em via de acesso localizada à direita de Nádia Carolina.

A alternativa adequada à legislação de trânsito é:

- (A) motorista retratado na hipótese II tem preferência em relação aos demais.
- (B) Mariana tem preferência, em razão de ser autoridade pública.

- (C) motorista retratado na hipótese I tem preferência em relação aos demais.
- (D) motorista retratado na hipótese II tem preferência apenas em relação ao motorista da hipótese I.
- (E) o motorista retratado na hipótese III tem preferência apenas em relação a Nádia.

**Gabarito: A**

---

**43.**

Dirigindo uma viatura automóvel por uma rodovia de pista dupla, em condições normais de trânsito, o guarda civil municipal Guilherme Neves percebe que não há sinalização de velocidade máxima. Nesse caso, deverá manter a velocidade entre:

- (A) 30 km/h (trinta quilômetros por hora) e 60 km/h (sessenta quilômetros por hora).
- (B) 40 km/h (quarenta quilômetros por hora) e 80 km/h (oitenta quilômetros por hora).
- (C) 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora) e 100 km/h (cem quilômetros por hora).
- (D) 60 km/h (sessenta quilômetros por hora) e 120 km/h (cento e vinte quilômetros por hora).
- (E) 55 km/h (cinquenta e cinco quilômetros por hora) e 110 km/h (cento e dez quilômetros por hora).

**Gabarito: E**

---

**44.**

Em uma rodovia de pista simples Felipe Lucas dirige um caminhão com carga leve e nota que não há sinalização de velocidade máxima. Neste caso, a velocidade máxima é:

- (A) livre.
- (B) de 110 km/h (cento e dez quilômetros por hora).
- (C) de 80 km/h (oitenta quilômetros por hora).
- (D) de 90 km/h (noventa quilômetros por hora).
- (E) de 70 km/h (setenta quilômetros por hora).

**Gabarito: C**

---

**45.**

Renato Costa comprou um carro azul em um leilão, devido ao preço. Contudo, gostaria de mudar a cor de seu novo carro para amarelo. Como Renato mudará as características de fábrica do veículo, ele deverá solicitar uma autorização:

- (A) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- (B) à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI);
- (C) à Polícia Militar do Estado de Rondônia;
- (D) ao órgão executivo rodoviário de trânsito;

(E) ao órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado de São Paulo – DETRAN-SP.

**Gabarito: E**

---

**46.**

Nelma, estudante universitária, mora a 15 km da Instituição de Ensino Superior que frequenta diariamente. Para reduzir custos e maximizar seu tempo, a estudante deseja obter a sua Carteira Nacional de Habilitação para assim conduzir seu veículo. Para isso, precisará observar os seguintes requisitos:

- (A) ser portadora de título de eleitor e detentora de Carteira de Identidade;
- (B) saber ler e escrever;
- (C) ser portadora de título de eleitor;
- (D) apresentar sua matrícula na Instituição de Ensino;
- (E) ser penalmente imputável, possuir Carteira de Identidade ou documento equivalente e saber ler e escrever.

**Gabarito: E**

---

**47.**

Gertrudes, condutora habilitada para dirigir veículos automotores na categoria “B”, enquanto dirigia em via pública, foi parada. Durante a fiscalização foi constatado que o veículo em questão tem capacidade para nove lugares, incluindo o da motorista. Gertrudes informou que não faz transporte coletivo de passageiros. Nesse caso, a fiscalização:

- (A) deve imputar infração, pois se exige habilitação de categoria “E”;
- (B) não deve imputar infração;
- (C) deve imputar infração, pois se exige habilitação de categoria “C”;
- (D) deve imputar infração, pois se exige habilitação de categoria “D” ou “E”;
- (E) deve imputar infração, pois se exige habilitação de categoria “D”..

**Gabarito: B**

---

**48.**

Astrogilda, motorista de órgão público, conduzia veículo oficial sem cinto de segurança. A conduta de Astrogilda deve ser enquadrada na seguinte modalidade de infração:

- (A) não há infração, pois os veículos de órgão público, são dotados de imunidade em face do CTB;
- (B) leve.
- (C) média.
- (D) grave.
- (E) gravíssima.

**Gabarito: D**

---

**49.**

No dia do aniversário de seu filho de 5 anos, Lacedêmon resolve levar o filho ao shopping para que o menor escolha seu presente. Sendo assim, Lacedêmon coloca o capacete em si, no seu filho, e sai de moto em direção ao shopping, com o filho sentado à sua frente no banco da moto. Cauteloso, Lacedêmon resolveu trafegar em velocidade mínima. Considerando as situações mencionadas e sabendo que Lacedêmon estava sentado na garupa da moto, de modo a dar lugar ao filho no banco da motocicleta, o Agente de Trânsito que flagrar a situação:

- (A) não fará autuação, pois Lacedêmon, por ceder lugar ao filho no banco da motocicleta, agiu conforme a lei.
- (B) não fará autuação, desde que Lacedêmon esteja trafegando na velocidade mínima permitida.
- (C) fará autuação e suspenderá o direito para dirigir de Lacedêmon, não recolhendo o documento de habilitação do motorista.
- (D) fará autuação, suspenderá o direito para dirigir e recolherá o documento de habilitação de Lacedêmon por estar trafegando em velocidade mínima.
- (E) fará autuação e recolherá o documento de habilitação.

**Gabarito: E**

---

**50.**

Em um dia chuvoso, um condutor passa com um veículo, propositadamente, em uma extensa poça de água localizada em frente a uma parada de ônibus, arremessando água sobre os pedestres. Mais adiante, outro condutor de veículo automotor arremessa, sem qualquer pessoa por perto, uma embalagem de refrigerante na via pública. As infrações são, respectivamente, caracterizadas como:

- (A) leve e leve.
- (B) leve e média.
- (C) média e leve.
- (D) grave e média.
- (E) média e média.

**Gabarito: E**

---

**51.**

Acerca das Normas Gerais de Circulação e Conduta, é CORRETO afirmar:

- (A) Os usuários das vias terrestres devem abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas;

- 
- (B) O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação, far-se-á pelo lado esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas;
- (C) O condutor de veículo poderá fazer uso de buzina, independentemente de qualquer situação, inclusive para fazer as advertências que julgar necessárias;
- (D) Não há qualquer vedação no Código de Trânsito Brasileiro sobre o procedimento de freada brusca do veículo, independentemente de razões de segurança;
- (E) O estacionamento dos veículos motorizados de duas rodas será feito em posição horizontal à guia da calçada (meio-fio) e junto a ela.

**Gabarito: B**

---

**52.**

Himineu cometeu três infrações de trânsito no presente ano, computando, em sua totalidade, 15 (quinze) pontos. Portanto Himineu cometeu infrações de natureza:

- (A) leve, gravíssima e gravíssima.
- (B) média, grave e gravíssima.
- (C) média, grave e grave.
- (D) média, média e grave.
- (E) leve, grave e gravíssima.

**Gabarito: E**

---

\*\*\*

## 1.2. RESOLUÇÕES DO CONTRAN

53.

Analise os itens abaixo sobre a Resolução nº 277/2008:

I - veículos de transporte coletivo.

II – veículos de escolares.

III – veículos de transporte autônomo de passageiro (táxi).

IV - demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

Tendo em vista o constante da Resolução CONTRAN nº 277/2008, as exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, marque a alternativa que apresenta os veículos que não se aplicam tais exigências.

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, II, III e IV.

**Gabarito: E**

---

54.

Segundo o inciso I do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 14/98, não representa item obrigatório

(A) roda sobressalente, compreendendo o aro e o pneu, com ou sem câmara de ar, conforme o caso.

(B) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor, para todos os veículos.

(C) cinto de segurança para árvore de transmissão em veículos de transporte coletivo e carga.

(D) protetores das rodas traseiras dos caminhões.

(E) dispositivo de sinalização luminosa ou refletora de emergência, independente do sistema de iluminação do veículo.

**Gabarito: B**

---

55.

Quanto à Resolução CONTRAN nº 292/08 que dispõe sobre modificações de veículos previstas no Código de Trânsito Brasileiro, analise as afirmações a seguir.

I – É terminantemente proibida a modificação da estrutura original de fábrica de determinado veículo, a fim de aumentar a capacidade de carga, visando o uso do combustível Diesel.

I - Será exigida a realização de inspeção de segurança veicular para emissão do Certificado de Segurança Veicular – CSV, conforme regulamentação específica, a ser expedido pelo INMETRO, quando houver modificação no veículo.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e II

(B) I, apenas

(C) II, apenas

(D) nenhuma delas.

**Gabarito: D**

---

**56.**

Acerca da Resolução CONTRAN nº 619/16, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, assinale o item incorreto.

(A) No Formulário de Identificação do Condutor Infrator, deverá conter, no mínimo, identificação do veículo, do proprietário e do condutor, cláusula de responsabilidade pelas infrações e período em que o veículo esteve na posse do condutor apresentado, podendo esta última informação constar de documento em separado assinado pelo condutor.

(B) Sendo a infração de responsabilidade do condutor, e este não for identificado no ato do cometimento da infração, a Notificação da Autuação deverá ser acompanhada do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, que deverá conter, entre outras, as seguintes informações: campo para a assinatura do condutor infrator data do término do prazo para a identificação do condutor infrator e interposição da defesa da autuação.

(C) Na arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, é possível indicar o real infrator sem que se tenha a assinatura dele.

(D) Após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito, o agente de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo.

(E) No caso de identificação de condutor infrator em que a situação se enquadre nas condutas previstas nos incisos do art. 162 do CTB, como dirigir sem CNH, por exemplo, serão lavrados, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais previstas no CTB, os respectivos Autos de Infração de Trânsito ao proprietário do veículo, por infração de entregar, permitir ou confiar, exceto se o condutor for o proprietário.

**Gabarito: D**

---

57.

À luz do que estabelece a Resolução CONTRAN nº 723/18, assinale a alternativa incorreta.

(A) Configurada anulação judicial ou administrativa dos autos de infração, o órgão de registro da habilitação anulará, de ofício, a penalidade eventualmente aplicada, cancelando registro no RENACH, desde que não tenha havido o encerramento da instância administrativa.

(B) Cumprido o prazo de suspensão do direito de dirigir, caso o condutor não realize ou seja reprovado no curso de reciclagem, deverá ser mantida a restrição no RENACH, para que não possa ser fator impeditivo para devolução ou renovação do documento de habilitação, impressão de 2ª via do documento de habilitação físico ou emissão de Permissão Internacional para Dirigir - PID.

(C) A autoridade de trânsito do órgão de domicílio ou residência do condutor infrator que tomar ciência da condução de veículo automotor por pessoa com direito de dirigir suspenso, por qualquer meio de prova em direito admitido, deverá instaurar o processo de cassação do documento de habilitação.

(D) Para fins de instauração, análise e deferimento do processo do curso preventivo de reciclagem, é necessário o trânsito em julgado das infrações relacionadas no requerimento do condutor ou a existência da pontuação respectiva no RENACH.

(E) As penalidades de suspensão e de cassação do direito de dirigir serão aplicadas pela autoridade de trânsito do órgão de registro do documento de habilitação, em processo administrativo, assegurados a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal.

**Gabarito: D**

---

58.

Conforme a Resolução CONTRAN nº 466, de 2013 e suas alterações, a vistoria móvel somente será realizada nas seguintes hipóteses, EXCETO:

(A) Veículo indenizado integralmente por companhia seguradora, em razão de sinistro, devendo a vistoria ser realizada no respectivo pátio da seguradora, exclusivamente para fins de registro em nome da seguradora autorizada ou de terceiro adquirente.

(B) Veículo recuperado por instituição financeira por intermédio de ordem judicial ou entrega amigável, ou por ela alienado, devendo a vistoria ser realizada no respectivo pátio da instituição financeira, exclusivamente para fins de registro em nome da instituição autorizada ou de terceiro adquirente.

(C) Veículo adquirido ou comercializado por pessoa jurídica cujo objeto social preveja a comercialização de veículos novos e/ou usados, devendo a vistoria ser realizada no respectivo estabelecimento comercial.

(D) Veículo com peso bruto total superior a 10t.

(E) Veículo apreendido em pátio público e cuja liberação esteja condicionada a serviço dependente de vistoria.

**Gabarito: C**

---

59.

Conforme a Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, é incorreto afirmar:

(A) Os procedimentos e os prazos de custódia dos veículos recolhidos em razão de penalidade ou medida administrativa aplicada por inobservância a preceito do CTB e legislação complementar, abandono ou acidentes de trânsito, obedecerão ao disposto nesta Resolução.

(B) A remoção de veículo, a qualquer título conforme o estabelecido no CTB deverá ser instruída por meio de processo administrativo, devidamente protocolizado pelo órgão responsável por sua custódia, onde serão anexados os documentos em ordem cronológica, a partir do Termo de Remoção ou documento equivalente, obrigatoriamente emitido e inclusive a cópia do prontuário do veículo recolhido, onde conste a situação atualizada de seu registro.

(C) Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passará a contar os 60 dias para a alienação por leilão.

(D) O condutor do veículo flagrado, mesmo que não habilitado e ainda que não seja o proprietário que conste do registro, poderá ser notificado e receber o termo de recolhimento ou documento equivalente, com eficácia de notificação.

(E) Considera-se autuado o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento, ainda que se recuse a assinar o termo de recolhimento.

**Gabarito: E**

---

60.

A Resolução CONTRAN nº 168, de 2004, que estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem, dispõe que:

(A) É possível que o prazo de validade do exame de aptidão física e mental seja diminuído, a critério do perito examinador, quando houver indícios de deficiência física, mental ou de progressividade de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir veículo.

(B) O processo de habilitação do condutor, após o devido cadastramento dos dados informativos do candidato no Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, deverá realizar Exame de Aptidão Física e Mental, Avaliação Psicológica, Curso Teórico-técnico, Exame Teórico-técnico, Curso de Prática de Direção Veicular e Exame de Prática de Direção Veicular, nesta ordem.

(C) O candidato não poderá requerer simultaneamente a ACC e habilitação na categoria “B”.



(D) O processo do candidato à habilitação ficará ativo no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, pelo prazo de 06 meses, contados da data do requerimento do candidato.

(E) O Exame de Aptidão Física e Mental será preliminar e renovável a cada 04 anos, ou a cada 02 anos para condutores com mais de 70 anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado.

**Gabarito: A**

---